

Os Índios Cariri e sua resistência à conquista “branca”: uma leitura a partir dos relatos da época colonial

FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER*

*“(...) Falando do interior,
Nós sabemos que ali
Habitava outra nação
Chamada Cariri,
Por uns, por outros, Tapuia
Os quais nunca usaram cuias
Ao se banhar por aqui (...)”.*

Luiz Nunes Alves

A história dos índios Cariri geralmente é narrada a partir do contato do português colonizador com este povo. Porém, sempre é contada pela nossa historiografia de uma forma secundária, em que o colonizador é apresentado como principal agente (é o “desbravador”, o “civilizado” e o “cristão”, enquanto o índio é apresentado como o “gentio” e o bárbaro”. A principal dificuldade em se fazer uma história dos Cariri está na falta de informações precisas sobre esse povo, já que o que temos são, na maioria dos casos, documentos dos colonizadores, de presidentes de províncias ou de missionários. Documentos estes que apresentam, como veremos, o índio de uma forma negativa e “contrária” ao projeto português. Partindo dessas dificuldades, partiremos das narrativas dos historiadores que já pesquisaram sobre esses índios e também dos documentos oficiais.

Partindo, portanto, dessas narrativas, é importante ressaltarmos que os relatos tanto dos cronistas como dos historiadores (ditos positivistas), vêem a cultura indígena a partir dos seus referenciais, ou seja,

* Professor Adjunto da UECE. Sócio-amigo do Instituto do Ceará.

os costumes, as ações dos índios são relatados de uma forma totalmente deformada, daí porque o índio é geralmente tido como o “bárbaro”, o “gentio” etc. Entretanto, nós como historiadores não poderemos desprezar tal documentação, pois é a única que dispomos no momento. Tentaremos então olhá-la a partir de um outro prisma; e isso se fará a partir do nosso diálogo com a antropologia e a etnologia.

Evidentemente que essa metodologia só é possível em nossa época, daí porque não podemos cobrar das obras ditas positivistas, esses posicionamentos. Dessa forma, estudaremos os índios Cariri tentando realizar esse diálogo. Talvez não façamos um grande ensaio, mas tentaremos contar essa história observando o lugar do índio em nossa sociedade.

Iniciaremos essa narrativa definindo o que é Cariri. Apesar de não existir uma definição etimológica clara, o nome Cariri é traduzido por alguns historiadores, como Horácio de Almeida e Pereira da Costa, como taciturno, tristonho e silencioso. Em nossa concepção foi uma maneira dos colonos nomear, ou melhor “batizar” os povos indígenas que habitavam as áreas interioranas do Nordeste. É, assim, um apelido dado a esses índios, já que não sabemos como eles próprios se chamavam.

Segundo Capistrano de Abreu, uma das referências mais antigas aos índios Cariri encontra-se no *Tratado dos Índios do Brasil*, escrito por Fernão Cardenn, em 1584¹. Um outro autor que faz referência a esses índios é o holandês Elias Herckmann. Na sua obra *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*, escrita em 1639, este autor faz uma breve apresentação dos Tapuia, incluindo os Cariri como “nações” dos Tapuia. Assim afirma Herckmann:

(...) os Tapuia formam um povo que habita no interior para o lado ocidente sobre os montes e em sua vizinhança, em lugares que são os limites os mais afastados das Capitánias ora ocupadas pelos brancos, assim neerlandeses como portugueses. Dividem-se em várias nações. Alguns habitam transversalmente a Pernambuco, são os Cariris, cujo rei se chama Keriokeiou. Uma outra nação reside um pouco mais longe, é a dos Caririwasys, e o seu rei se chama Karupoto. Há uma terceira nação, cujos índios se chamam Carervjouws (Carijós?). Conhecemos

¹ ABREU, Capistrano. In Prefácio (de) *Notas sobre a Paraíba*, de JOFFILY, Ireneu. p. 77.

*particularmente a nação dos Tapuia chamados Tarairyou, Janduwý é o rei de uma parte delas e Cararaca de outra.*²

Em sua descrição, Herckmann afirma que os índios Cariri são nômades e formam um povo robusto e de grande estatura, seus ossos são grossos e fortes, a cabeça é grande e espessa, sua cor é atrigueirada e o cabelo é preto. Andam nus, exceto em algumas ocasiões de festa, ou quando vão a guerra, porque então geralmente cobrem o corpo com penas de araras, papagaio e periquitos³.

É importante destacarmos que embora sua descrição nos ajude a entender um pouco como eram os Cariri e como eles viviam, o seu discurso é etnocêntrico. Para ele, a cultura européia é “superior” a cultura indígena. Sendo assim, na concepção de Herckmann, o índio é um ser “inferior”, “ignorante” e “pagão”:

*(...) são os homens incultos e ignorantes, sem nenhum conhecimento do verdadeiro Deus ou dos seus preceitos: servem pelo contrário, ao diabo ou quaisquer espíritos maus, como tratando com ele temos muitas vezes observado (...) Levam uma vida inteiramente bestial e descuidosa. Não semeiam, não plantam nem se esforçam por fazer alguma provisão de viveres*⁴.

A descrição de Herckmann como podemos observar torna a figura do índio como um ser “pitoresco”. Imagem esta que será cristalizada entre a maioria dos nossos cronistas, onde relatam o índio como esta figura “passiva”, “preguiçosa” e “contrária à civilização”. Nesse sentido, cria-se um modelo de índio que muitas vezes é generalizado pelos pesquisadores, construindo a imagem de que os índios eram “maus” e “gentios” e por isso precisam ser conquistados.

Outro autor que é tido como responsável pelo ‘mito’ Cariri é o historiador Irenei Joffily, que na sua obra *Notas sobre a Paraíba*, reproduz o discurso de Herckmann sobre os Cariri, especialmente no que se refere às características físicas⁵.

Segundo Joffily, os Cariri, que viviam da caça e já utilizavam machados, formavam uma “raça” bem numerosa e ocupavam um território

² HERCKMANN, Elias. *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*. p. 38 e 39.

³ HERCKMANN, Elias. *Op.cit.* p. 39

⁴ HERCKMANN, Elias. *Op.cit.* p. 39/41.

⁵ C.f. JOFFILY, Irenei. *Notas sobre a Paraíba*. p.110.

bem vasto, desde o platô da Borborema até os limites com o Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco⁶. Este autor ainda divide os Cariri em várias tribos: Sucurus, Ariús, Pegas, Icós, Paiacus, Caiacós, Janduis, Caracarás e Canidés⁷.

Entretanto, é importante se destacar que, para alguns autores, como Capistrano de Abreu e Maria Helena Ferreira, os índios Cariris teriam, inicialmente, ocupado o litoral; porém, com as guerras intertribais com os tupis, estes desalojaram os Cariri do litoral, empurrando-os para o interior. Gabriel Soares de Sousa, ao falar sobre a Bahia, também desenvolveu argumentação semelhante. Para ele, a Bahia foi, primeiramente, povoada no seu litoral pelos índios Tapuia; e, em seguida, com a chegada dos Tupiniquins, estes foram repelidos para o interior.

O contato do “branco” com os índios do interior do Nordeste foi algo extremamente violento. A partir da conquista do sertão, que acontece durante a segunda metade do século XVII, visando, segundo alguns historiadores, à criação de gado, os colonos realizaram um verdadeiro etnocídio. As entradas, comandadas pelos Oliveira Ledo e Domingos Jorge Velho, dentre outros, foram responsáveis pelo extermínio de muitos nativos. Um dos combates mais violentos entre os colonos e os índios deu-se em 1695, tendo à frente o paulista Domingos Jorge Velho, o qual:

Partindo pois de pontos tão opostos e distintos, alto S. Francisco e litoral da Paraíba, os bandeirantes, convergindo para o sertão da capitania, ali se encontrando grandes dificuldades; derrotaram por toda parte os indígenas, reduzindo sem dúvida a cativo, os que conseguiram tomar⁸

Segundo outros historiadores, muitos índios continuaram a ser dizimados pelos portugueses, nos anos seguintes, depois do combate do bandeirante Domingos Jorge:

Nos fins do anno passado e no correr deste, os índios Tapuia Payacus, da tribo dos Icós que se estendiam desde o Valle do Catolé até as margens do Piranha, foram dizimados pela guerra

⁶ JOFFILY, Irene. Op. cit. p. 103.

⁷ JOFFILY, Irene. Op. cit. p. 108.

⁸ JOFFILY, Irene. Op. cit. p. 118. Atualização ortográfica.

encarniçada que lhes fizeram os Mestres de Campo dos Paulistas, residentes no Piancó e Assú”.⁹

Um dos personagens que, enfatizado pela historiografia pela sua ação contra os índios Cariri, é Teodósio de Oliveira Ledo. Ele é considerado responsável pela morte e escravização de muitos nativos em nosso Estado. Um exemplo dessa sua ação, pode ser percebido numa carta ao governador da Paraíba, Manuel Soares Albergaria, que assumiria esse cargo em 1697. É ele quem dá autorização aos Oliveira Ledo para criar nos sertões, locais que servissem aos colonos de apoio (os arraiais). A carta é enviada ao rei de Portugal em 1699, o informando das “conquistas” alcançadas por Teodósio, sobretudo, as suas ações junto aos índios Cariri. Assim escreve:

Senhor: o capitam mor da Parahyba, Manoel Soares Albergaria em carta de 14 de Mayo deste anno dá conta a V. Magestade em como no principio de Dezembro de 1697 fora aquella cidade o capitam mor das Piranhas e Piancó. Teodósio de Oliveira Ledo, e o informara do estado em que se achavão os certoens daquelle districto, despovoados das invasoens que tinha feito o gentio bárbaro Tapuya e que era conveniente que estes se tornassem a povoar com gados os curraes asy pela utilidade que resultava a Fazenda Real no crescimento dos dízimos como pela conveniência de toda aquella capitania pela muita qualidade de gados e pastos que havia; para o que lhe era necessário que elle capitam o ajudasse com alguma gente e muniçoens para que nas ditas Piranhas fazer arrayal: que trouxera consigo huma nação de Tapuyas chamados Arius, que estão aldeados junto aos careris onde chamão a Campina Frande e querião viver como vassalos de V. Magestade e reduziram-se a Nossa Santa Fé Catholica (...).¹⁰

Percebe-se nesta carta do Governador, a forma de como os colonos tratavam nossos índios. Os que resistiram eram mortos e os que conseguiam sobreviver eram capturados e aldeados em locais sob a direção de “brancos”, como acontece com a “nação” dos Ariús que é aldeada na região de Campina Grande, conforme explicita a carta. A carta do governador nos dá uma idéia do caráter violento com o qual foram

⁹ PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a história da Paraíba*. vol. 1. p. 88

¹⁰ SEIXAS, Wilson. A carta do Governador Manuel Soares Albergaria. In *Revista do IHGP*, número 16.

“exterminados” a maioria dos nossos índios. Além disso, mostra-os como “incapazes” de acompanhar na ótica colonialista, a “civilização”. Ora, sabemos hoje, que essa idéia é algo extremamente eurocêntrico, ou seja, afirmando que os nativos são “inferiores” estamos destacando que existe uma etnia superior as demais.

O caráter violento da conquista contra os nossos índios é estranho pelas narrativas dos próprios documentos oficiais. Essa atitude por parte dos bandeirantes, é estranhada pelo Rei de Portugal, que em 1699 afirma:

“Capitão mor da Parahiba. Eu El Rey vos envio m. Saudar.

Hdo visto a carta que me destes do bom sucesso que se teve na Campanha com os índios nossos inimigos nos certões do distrito das Piranhas e Pcó em que o Capitão mor dellas Theodosio de Oliveira Ledo se tinha havido com muito valor e desposição e trazido consigo hua *nação de Tapuyas chamados Arius, que estavam aldeados junto os Cariris onde chamam a Campina Grande* que queriam viver com meus vassalos e reduzirem-se a nossa *Santa fé. Me pareceu estranhar mui severamente o que obrou Theodosio de Oliveira Ledo em matar a sague frio muitos dos índios que tomou na guerra*, porque suposto em snia (?) era incapazes isto não hia ser conveniente uzarce com elles executou seria dar occasião a fazer aos mais nossos contrários vendo a nossa impiedade (...).¹¹ (Grifos nossos)

Ora, apesar de haver um certo estranhamento por parte do Rei de Portugal, não houve represálias aos conquistadores pelos seus atos de violência contra os nativos.

Os índios Cariri são exterminados em nome do “progresso” e da “civilização”; sua cultura, sua forma de vida, crenças etc, não são respeitadas pelos brancos. Por esse motivo, a ordem do governo era eliminar os índios; o seu castigo deveria servir de exemplo para os demais. Sendo assim, encontramos uma recomendação feita pelo capitão-mor Manuel Soares de Abreu, onde este recomenda a violência para com os nativos:

¹¹ PINTO FERREIRA, Irineu. Op. cit. p. 93.

Vossa Mercê dirija a entrada e a guerra que há de fazer aos bárbaros como possa ser mais ofensiva, degolando-os e seguindo-os até os extinguir, de maneira que fique o exemplo deste castigo a todos as mais nações que, consideradas com eles não temiam as armas de sua Magestade¹².

Além desta prática, os colonos muitas vezes colocavam as tribos umas contra as outras, como fez por exemplo Manoel Álvares de Moraes Navarro ao instalar-se no Açú. Ele se utilizou da tribo dos Janduis para atacar os Icós na ribeira do Apodi, visando tomar os índios de ambas as tribos por escravos sob pretexto de que estavam em guerra. Desta maneira, Manoel Álvares ganharia aquelas terras.

Diante destas atitudes dos colonos, houve resistência por parte dos nativos. Os índios Cariri foram os que mais resistiram à dominação dos colonos. O pesquisador pernambucano Pereira da Costa em sua obra *Anais Pernambucanos*, nos dá uma idéia de como se deu essa resistência:

Pelos anos de 1664 a 1702 levantaram-se os índios que ocupavam todo o território que se estende da Borborema ao rio do Peixe, e unidos com os que ocupavam os cofins de Pernambuco, descem em guerra até o Pajeú, devastando as fazendas pastoris, os campos de granjearia que encontravam-se em sua marcha, atacando os viajantes e causando grandes danos e prejuízos aos colonos...¹³

A descrição de Pereira da Costa, como podemos observar, é bem taxativa em relação à resistência indígena. O autor apresenta o índio como o culpado pelos conflitos, não fazendo, assim, uma crítica ao papel dos “brancos” nessa luta. Sua narrativa parte apenas da ótica dos colonos. Na nossa visão, se houve a chamada guerra é porque os colonos invadiram as áreas pertencentes aos nativos. Além disso, muitos índios eram vendidos em praças públicas como mercadoria; e por esses motivos, eles precisavam se defender.

Em relação a essa resistência dos Cariri, Horácio de Almeida em *História da Paraíba* a denomina de Confederação dos Cariris. Ou seja, os índios se organizaram para combater o invasor que, segundo cálculos

¹² ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. vol. 2. p.41.

¹³ PEREIRA DA COSTA, F^a. *Anais Pernambucanos*. vol. 2. p.217.

de cronistas antigos, eles ultrapassavam o número de dez mil. Contudo, apesar das hostilidades de ambas as partes (índios e colonos), houve algumas tentativas de se estabelecer a paz. Um exemplo disso, parte dos próprios índios, que em 1692 através do cacique dos Janduís – Canidé, envia um grupo de índios para negociar a paz com o governador geral (Câmara Coutinho). Esse grupo é chefiado, segundo Horácio de Almeida por João Paes Florião, que havia tido um filho com uma índia, filha do cacique Nhonguge, cunhado do Canidé. O cacique Canidé, chefe dos Janduís, morre numa aldeia no Açu em 1699.

Apesar de toda violência impetrada contra os Cariri, geralmente os cronistas se referem aos índios com um olhar etnocêntrico. O que pode ser observado, por exemplo, na narrativa do padre beneditino Domingos do Loreto Couto, quando este se refere à resistência dos índios Cariri diante da usurpação de suas terras. Os índios, vistos como os culpados pelos conflitos, e considerados “bárbaros” e “gentios” e, por esse motivo, deveriam ser eliminados, o que lhes causava incômodos, pois:

(...) Sofriam mal que os portugueses cada dia fizessem entrada por aquelas terras, fazendo-se senhores do mesmo sertão em que iam fundando sítios e fazendas de criar gados vacuns e cavalares. Como conservavam o ódio contra os portugueses que lhes *havam tomado os lugares marítimos*, confederados com os sucurus, panatis, icozinhos e Coremas, levantaram-se e pondo-se em armas, davam de repente em diversas partes, matando e roubando nelas, e pelos caminhos tudo quanto achavam, sem confusão desordenada dos moradores que em nenhum lugar se davam por seguros das suas hostilidades. Soberbos com as vitórias, que no sertão alcançavam, desciam em tropas, e acometiam as nossas povoações que assolavam a fogo e ferro.¹⁴

Ora, a visão de Loreto Couto não é muito distinta da maioria dos cronistas de sua época. Entretanto, sabe-se que os acontecimentos não foram apenas vivenciados da forma que a documentação oficial nos mostra. Na realidade, os grande “bandidos”, se é essa a palavra que podemos usar, não foram os índios, mas os colonos. Pois se os Cariri atacavam, era para se defender da violência da colonização. Além dessa passagem citada anteriormente, há uma outra que consideramos bem emblemática

¹⁴ SEIXAS, Wilson. 1968: p.60.

no sentido de questionarmos a visão que os colonos e cronistas do período tinham do índio. Dessa forma, ao se referir aos índios Coremas, que para alguns pesquisadores são Cariris, assim afirma Loreto Couto:

Era a nação corema sobre a valerosa, tão encaprichada e sua opinião, que nem forças a abalavão, nem razoens a movião; despresava partidos e zombava das nossas armas. Tinhão por glória e honra morrer na campanha, quanto mais matávamos tanto mais se metião, nos conflitos.¹⁵

Essa imagem presente na narrativa do cronista, irá justificar as ações dos colonos (violência) contra os nossos índios. Contudo, é importante afirmar, que essa escrita sobre os nossos índios. É parafraseando Michel de Certeau, produzida a partir de um determinado lugar; nesse caso o lugar do colonizador. Daí porque a sua preocupação está mais voltada para uma visão negativa sobre os nativos. E é essa visão, que foi por muitos anos enfatizada pelos nossos historiadores e que nós nesse momento estamos tentando “desconstruí-las”. Ou seja, a imagem de um índio “mau”, “traíçoeiro” e “contrário ao processo civilizatório”.

A documentação de época e a historiografia colonial definem a resistência dos Cariri à conquista “branca” como “Guerra dos Bárbaros”. Essa guerra teria abrangido não apenas o território do atual Estado da Paraíba, mas o de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Em relação ao Ceará temos um estudo realizado por Paulo Sérgio Barros¹⁶, onde este autor, a partir de uma avaliação da produção historiográfica sobre a resistência indígena naquele Estado, apresenta alguns dados sobre a chamada guerra dos “Bárbaros”. Esta análise de Paulo Sérgio pode nos ajudar a entender como foi esse acontecimento.

Adotamos essa leitura, para verificar como outras tribos Cariri, em territórios fora da Capitania da Paraíba, reagiram à invasão dos brancos, já que é corrente entre cronistas, que o mapa populacional dos Cariri ia do sertão da Bahia às portas de Fortaleza.

O pesquisador pernambucano Pereira da Costa definindo geograficamente a localização dos índios Cariri afirma: “Povo mais numeroso,

¹⁵ SEIXAS, Wilson. 1968, p. 61

¹⁶ Ver BARROS, Paulo Sérgio. Cultura e resistência indígena na historiografia da conquista. In *Clio*, UFPE, vol. 1, 1993. p. 197.

ocupavam uma grande extensão territorial da Bahia para o norte, e concentrando-se depois pelos da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará”¹⁷. Portanto, ao estudarmos os índios Cariri, não podemos ficar limitados as informações disponíveis em nosso Estado. Como formavam um grande povo, é interessante estudarmos sua história de uma forma mais ampla.

Em seu estudo, Paulo Sérgio destaca alguns autores que já trabalharam com a temática da resistência indígena. Dentre eles podemos citar Antonio Bezerra que, no seu livro *Algumas Origens do Ceará*, relata a guerra praticada contra os índios como algo necessário, como consequência da “barbariedade” e “atrocidade do índio”, ou seja, para este autor, o índio seria o culpado pelo conflito, e com isso é nega-se o caráter violento da colonização.

Há, também, segundo Paulo Sérgio, a obra de Studart Filho, *Estudos de História Seiscentista*, que vê na chamada “Guerra dos Bárbaros” o maior movimento de resistência indígena no Nordeste. Segundo Paulo Sérgio, aquele autor representa uma imagem do índio violento e também mostra o colonizador como uma figura “grosseira”, que não se relacionava bem com o nativo. Dessa forma, a *Guerra dos Bárbaros* vai se manifestar nesse contexto de hostilidades de ambas as partes.

Ao falar da Guerra dos Bárbaros, Paulo Sérgio também enfatiza as duas obras mais recentes que estudam a resistência indígena no Nordeste colonial. A primeira delas é *Os Índios no Siará, Massacre e Resistência*, de José Cordeiro. A segunda é *Guerra dos Bárbaros, Resistência Indígena e Conflitos no Nordeste Colonial*, de Maria Idalina da Cruz Pires. Segundo Paulo Sérgio, ambas tratam da resistência indígena sob a perspectiva de um conflito de classes. Luta esta que se apresenta no momento em que o índio e colonizador entram em disputa pela posse da terra.

José Cordeiro mostra como os índios do Ceará foram destruídos, torturados, expropriados e vencidos pelo organizador, embora tenham resistido de maneira combatente e organizada. Barros (1993), na maior parte do seu livro, faz uma espécie de louvação da ação guerreira do índio e a sua forma de organização social e política. Neste sentido, afirma: “O invejável senso de organização os levou a criar em 1712, uma

¹⁷ PEREIRA DA COSTA, Francisco A. *Anais Pernambucanos*. vol. 5, p. 163.

*Confederação Indígena para, com dignidade de chefes de nações negociar a paz com o colonizador. Este (...) nunca cumpriu os acordos (...). Em 1713, os indígenas resolveram empreender um grande levante*¹⁸.

Apesar de José Cordeiro citar a resistência dos índios, é Maria Idalina da Cruz Pires que trata especificamente da Guerra dos Bárbaros, um movimento de resistência indígena que deu-se no Nordeste colonial em oposição à ‘conquista’ do sertão pelos colonos. Para Maria Idalina, a *Guerra dos Bárbaros* significou o maior obstáculo à expansão pecuária, ou seja, ela teria retardado o processo de conquista da terra dos colonos. Além disso, a autora questiona a idéia de um índio passivo e subordinado ao europeu. Sendo assim, afirma a autora:

“Os Tapuyas desenvolveram uma forma de luta quase singular na história da resistência indígena no Brasil. Apesar de um passado caracterizado por conflitos internos entre as diversas tribos, o povo Tapuya conseguiu através de uma série de alianças, alcançar um certo grau de unidade na sua luta contra o branco”¹⁹.

Para Maria Idalina, o resultado das lutas resultou num verdadeiro etnocídio dos índios. Essa prática contou com o apoio de vários setores sociais, segundo a autora, sendo que o mais representativo foi o grupo formado pelos Mestres-de-Campo paulistas, pois eram especializados em dizimar índios.

Segundo a maioria dos historiadores que se dedicaram a estudar essa guerra, a mesma teria acontecido entre os anos de 1694 a 1702. Ela foi responsável pela morte de grande parte dos nossos índios.

Nesta tentativa, de fazer o resgate da história dos índios Cariri no Nordeste, vale destacar alguns dados numéricos sobre a população indígena, tanto no âmbito nacional como local. Só para termos uma idéia do genocídio praticado pelos portugueses e descendentes, em 1500, tínhamos, no Brasil, cerca de 6 milhões de índios, hoje temos apenas 330 mil. Em relação a Paraíba, Irene Joffily em *Notas sobre a Paraíba*, se preocupa em investigar quantos eram os nossos índios. Apesar da falta de material sobre este dado, Joffily se baseia na obra *História do Brasil* de Frei Vicente Salvador, onde afirma que, a partir

¹⁸ Apud BARROS, Paulo Sérgio. Op. cit. p.206.

¹⁹ Apud BARROS, Paulo Sérgio. Op. cit. p.207.

do número de prisioneiros, pode-se chegar a um número aproximado da população indígena na Capitania. Nesse sentido afirma o autor que *A população do território não seria inferior, no século XVI a 50 mil alams, da qual cerca de dois terços pereceram nas carnificinas da conquista, um terço pouco mais ou menos ficaria escravizados uns, e aldeados o maior número*²⁰.

Para Joffily, é provável que as duas “raças” que habitavam a nossa Capitania, Tupi e Cariri tenham contribuído com cerca de 15 a 20 mil indivíduos para a formação do povo paraibano²¹. Contudo, por falta de uma documentação precisa, este autor não destaca o número da população indígena nos séculos XVII e XVIII, só voltando a citar dados sobre o início do século XIX, precisamente nos anos de 1811 e 1812. Em 1811, diz ele, tínhamos, na Paraíba, uma população de cerca de 3.405 indígenas; já em 1812, esse número cai para 3.301²².

Hoje não há remanescente algum do povo Cariri, na região embora se possa pensar que os Xucuru, de Pernambuco, vivendo no limite com o antigo território dos Sucuru, na Paraíba, sejam Cariri, e tenham habitado regiões, juntamente com os ‘Sucurus’, que teriam pertencidos à nação Cariri.

*A ser aceita esta argumentação, os Xucuru seriam portanto, remanescentes dos Cariris, e vivendo, atualmente, segundo a antropóloga Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza, distribuídos em 18 aldeias no Estado de Pernambuco. Pode-se, assim, entender porque eles, atualmente, vivem se identificam como tais. Para o antropólogo Darcy Ribeiro, estes se encontram hoje altamente mestiçados, não se diferenciando da população local*²³. *Porém os mesmos ainda conservam algumas tradições e costumes, como por exemplo o ritual do ouricuri*²⁴ *e a dança do toré. Essa prática vêm afirmar a identidade dos Xukuru enquanto grupo indígena, pois esse apego a alguns traços culturais representa a resis-*

²⁰ JOFFILY, Ireneu. Op. cit. p.234.

²¹ JOFFILY, Ireneu. Op. cit. p.234.

²² JOFFILY, Ireneu. Op. cit. p.337.

²³ RIBEIRO, Darcy. Os Índios do Nordeste. In *Os Índios e a Civilização*. p. 54.

²⁴ O Ouricuri, segundo Vânia Rocha, era um ritual religioso (ou local onde esse acontece) realizado por alguns grupos indígenas nordestinos, como os Fulni-ô (PE) e Xukuru-Kariri (AL). Sua duração é de aproximadamente três meses e é proibida a entrada de não-índios. Cf. ROCHA, Vânia. In *As fronteiras do ser Xukuru*. p.81.

tência desses índios a constante interferência de outras culturas. Nesse sentido, afirma Manuela Carneiro da Cunha: “O processo recorrente a afirmação étnica dar-se pela seleção de alguns símbolos que garantem, diante das perdas culturais, a continuidade e a singularidade do grupo”²⁵. Portanto, os “Cariris” não teriam “desaparecido” totalmente do nordeste, se levarmos em consideração a hipótese de Joffily. Eles estariam representados nos Xukurus de Cimbres.

Mas no caso da Paraíba, a partir de qual momento os Cariri teriam desaparecido? Esta é uma questão difícil de responder pela falta de dados. A documentação oficial muitas vezes se refere a Tapuia e, não há referência a esse povo ao longo do século XIX. Embora a chamada Guerra dos Bárbaros (1694-1702), tenha sido a responsável pela grande maioria das mortes dos índios Cariri, não podemos afirmar que a partir da mesma esses índios tenham “desaparecido”. Pereira da Costa, ao se referir a Pernambuco, afirma que no século XVIII havia sete aldeias de índios Tapuias Cariri. Eram as seguintes: Aldeia da Gameleira (Distrito de Palmas), Aldeia de São Braz e Aldeia N. S. da Conceição (Ilha do Pambu), Aldeia S. Francisco (Ilha do Aracapá), Aldeia S. Félix (Ilha do Cavalo), Aldeia de Santo Antônio (Ilha Irapuá), Aldeia N. S. da Piedade (Ilha do Inhamum)²⁶

Em relação a Paraíba, um autor que faz referências a existência de índios (embora que não os especifique) neste Estado no século XIX, é Irineu Ferreira Pinto. Ele cita um informe provavelmente do ano de 1845 do presidente da Província ao governo Imperial, onde este o informa que os índios se encontravam “confundidos” com a população “branca”. Nesse sentido, afirma:

“Os índios que existem nesta província *estão todos aldeados* e habitão pela maior parte em villas sujeitas ás autoridades civis, pois que são todos civilisados ou ao menos tanto quanto o são ordinariamente os indivíduos da classe afirma a população anterior e são elles restos de alguns tribus que habitavam esta Província *e já tão degenerados da origem primitiva que a maior parte nem idioma de suas tribos fallão: estão hoje confundidos na massa da população* e apenas nas

²⁵ CUNHA, Manuela Carneiro da. Parecer sobre os critérios de identidade étnica. In. *Antropologia do Brasil*, p. 116.

²⁶ PEREIRA DA COSTA, F. A. *Anais Pernambucanos*, vol. 2. p. 82-83.

villas de Alhandra, Conde e antiga villa da Bahia da Traição vivem no meio das outras raças que inteiramente os sobrepujam em número e importância. Afora estes logares somente a povoação da Preguiça, antiga sede da villa de Monte-mór, hoje Mamanguape é quase exclusivamente habitada por índios os quaes bem que perfeitamente domesticados e também sujeitos ás autoridades civis, conservão ainda raros e já desfigurados alguns do hábito selvagem”²⁷.

É importante se ressaltar, que o Maquês de Pombal seria o responsável pelo início, no Brasil de uma política de miscigenação, com o objetivo de se criar uma população homogênea. Segundo Manuela Carneiro da Cunha, a própria política de aldeamentos reunia grupos indígenas distintos e favorecia a miscigenação entre os índios. Além disso, a legislação pombalina recomendava o casamento entre brancos e índios. Contudo, cem anos mais tarde, essa prática de miscigenação era servir de pretexto para o expurgo das terras indígenas. Como exemplo, podemos citar a “Lei das Terras” de 1850²⁸ que extinguiu várias aldeias indígenas sob a legação de que sua população era apenas mestiça.

A informação do Presidente da Província enfoca bem essa “preocupação” com a miscigenação dos índios e ao mesmo tempo demonstra uma perspectiva muito comum nos pesquisadores do século XIX, ou seja, a tese de que os índios seriam uma etnia em extinção. Baseados no paradigma evolucionista, esses pesquisadores afirmavam, que os índios não iriam acompanhar a “civilização”. É assim, por exemplo, que pensa Von Martius ao afirmar: “(...) as sociedades americanas, enquanto frutos de uma decadência ou degenerescência histórica, traziam já visível o gérmen do desaparecimento rápido”²⁹. Discordamos desta visão, pois os indígenas foram dizimados fisicamente, o que é genocídio, ou “amansados” culturalmente, o que é um etnocídio.

Entretanto, o Presidente da Província não destaca que essa prática da miscigenação foi algo incentivado pelo próprio Estado, que paulatinamente vai impondo aos nossos índios a língua e a religião oficial. A partir do momento que o Estado afirma que os índios estão misturados com os demais habitantes, ele passa a definir e regulamentar a identidade

²⁷ PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a História da Paraíba*. vol. II. p.172-173

²⁸ Lei número 601, de 18 de setembro de 1850.

²⁹ Apud MONTEIRO, John Manuel. *O desafio da história indígena no Brasil*. (mimeo).

étnica dos índios. Com a argumentação que os nativos se encontravam “misturados” com os demais membros da população, era justificada o esbulho das terras indígenas. Prática esta, que acontece não apenas na Paraíba, mas nos estados do Ceará, Pernambuco, Sergipe e Alagoas ao longo do século XIX.

A história da resistência indígena em, nosso Estado, especificamente a dos índios Cariri não é algo concluído, temos muito o que se pesquisar. O que aqui destacamos, foi apenas um esboço a partir da nossa historiografia colonial e dos relatos da época. Tentamos, assim, mesma na dificuldade que encontramos em relação aos documentos, visto que são oficiais, mostrar o quanto foi violenta a colonização portuguesa em nosso Estado e como os nossos índios resistiram a essa prática. É a história daqueles que foram explorados e torturados e mortos em nome da “civilização”. São “500 anos” não de “descobrimento”, mas de resistência dos povos indígenas que conseguiram sobreviver a um verdadeiro etnocídio de sua cultura. Sua resistência, dos Cariri no passado, e hoje de alguns povos restantes, especificamente pela posse das terras que eram suas, talvez se confunda com a de tantos nordestinos, que apesar das dificuldades sempre resiste a tantas formas de exploração.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Elpídio de. *História de Campina Grande*, 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1979.

_____. *História de Campina Grande*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, vol. 2, 1978.

BARROS, Paulo Sérgio. *Cultura e resistência indígena na historiografia da conquista*. In: *Clio*, Recife: UFPE, vol. 1, n°. 14, 1993, p. 187-212.

BERNARDI, Bernardo. *Introdução aos estudos etno-antropológicos*. Tradução de A. C. Mota da Silva, Edições 70, Ltda, 1997.

BORGES, José Elias Barbosa. Badzé – Vocábulo Cariri incorporado ao Português do Brasil. In *Revista Campinense de Cultura*, Ano II, março de 1965, n°. 3, p. 17-21.

Indígenas da Paraíba (I) Classificação Preliminar. In *Revista Educação e Cultura*, Ano III, n°. 12. João Pessoa: jan/mar, 1984, p. 30-43.

CAVALCANTE, Maria Helena Pereira, et al. *Uma história do Ingá*. João Pessoa: UFPB, 1993.

CLEROT, Leon Francisco. *30 Anos na Paraíba* (Memórias Corográficas e outras memórias). Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1969.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Parecer sobre os critérios de identidade étnica. In *Antropologia do Brasil – Mito, história, etnicidade*. 2. ed. Brasiliense, 1987.

FERREIRA NETO, Edgard. *História e etnia*. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio: Campus, 1997, p. 313-328.

HERCKMANN, Elias. Descrição Geral da Capitania da Paraíba. João Pessoa, *A União*, 1961.

JOFFILY, Ireneo. *Notas sobre a Paraíba*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Comércio, 1892.

MELO, Josemir Camilo de. *O Resgate da Identidade Indígena na Paraíba: Nota para uma Pesquisa EtnoHistoriográfica*. (Comunicação) I Encontro de Etno-História Indígena do Nordeste. Fundação Casa do Penedo, Penedo, Alagoas, maio, 1996.

MONTES, Maria Lucia. Raça e identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia. In SCHWARCZ, Lilia Mortitz e QUEIROZ, Renato da Silva (Orgs). *Raça e diversidade*, 1996. São Paulo: Edusp, p. 47-75.

PIMENTEL, Maria do Rosário. *Viagem ao fundo da consciência: escravatura na época moderna*. Liboa: Colibri, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. Petrópolis: Vozes, 1986.

SEIXAS, Wilson. *Pesquisas para a história do sertão da Paraíba*. Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, n° 16, setembro de 1968, João Pessoa, 54-66.

SILVA, Edson. Confundidos com a massa da população: o esbulho das terras indígenas no Nordeste no século XIX. *Cadernos Nordeste em Debate*, n° 4, Campina Grande: DHG/UFPB, 1996, p. 1-14.